

Os Dois Brasis

Qualquer plano como o objetivo de derrubar a inflação, a partir da eliminação do déficit, mexe em poderosos interesses econômicos e políticos. As reações ao plano do ministro Fernando Henrique Cardoso revelam, porém, que os interesses corporativistas se defendem com unhas e dentes, sem considerar o país.

A criação do Fundo de Emergência, para garantir 15% da receita tributária para a União aplicar na área social nos próximos dois anos e fazer a transferência de encargos aos estados e municípios, foi torpedeada pelos governadores. A alegação era de que os estados e municípios administram melhor os recursos do que a União. Mas o motivo real é o temor de que o esvaziamento das receitas viesse a prejudicar as pretensões dos governadores e prefeitos presidenciais, no ano essencialmente eleitoral de 1994. Por que os governos estaduais não abriram mão, em nome do combate à inflação, do aumento de 7% para 12% do ICMS sobre a alimentação em 1º de janeiro?

Metade do déficit público brasileiro provém dos desequilíbrios orçamentários dos estados e municípios e das empresas estatais. Sem o apoio de governadores e prefeitos das grandes cidades e o enquadra-

mento das empresas estatais na austeridade, qualquer plano irá fracassar.

A reação extremada dos empregados da Petrobrás às propostas de abertura do monopólio, da Telebrás e da Embratel ao fim do monopólio das comunicações, e do sistema Eletrobrás à privatização do setor elétrico, mostra que os funcionários das estatais se julgam donos delas e do próprio país. Outro absurdo é a grita contra o corte das generosas contribuições que as estatais deram a seus fundos de pensão, e que somaram US\$ 3,7 bilhões entre 1988 e 1992.

Não é mais possível a convivência de dois brasis: um, da maioria que sofre com a inflação, e ainda assim aceita a proposta do governo de pagar mais impostos e fazer mais sacrifícios para se ver livre do imposto inflacionário; e o outro Brasil dos sócios da inflação e dos que não querem abrir mão dos privilégios aprovados em 1988. A manifestação do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, contra os cortes nos vencimentos do Ministério Público, reconhecida pelo STF, é outro exemplo de que sem a união de todos, o combate à inflação não terá êxito no país. Se o corporativismo continuar prevalecendo, o Brasil precisará dar um jeito e dobrar o seu PIB num passe de mágica. Será a única solução, se falta a disposição para o sacrifício.